

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital N° 260 / 2018 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL n° 068, de 2018 – SEI N° 18.0.000023567-5

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação na **Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção -Turma II**, a se realizar no período de 17 de outubro de 2018 a 6 de dezembro de 2019, mediante as condições determinadas neste Edital e demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II.

Objetivo: Oferecer um curso de Pós-Graduação voltado para o estudo e discussão, no mais elevado nível, do fenômeno da *corrupção*, considerado o papel da sociedade e das instituições no seu combate, compreendendo, em igual medida, o estudo dos mecanismos institucionais de seu enfrentamento na atualidade. Esse estudo permitirá a capacitação dos profissionais da área jurídica, por meio de um rol de disciplinas de caráter teórico e prático, absolutamente indispensáveis à compreensão do seu objeto de estudo.

Período de inscrições: As inscrições ocorrerão no período 11 a 24 de setembro de 2018.

Inscrições: Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico www.tjto.jus.br/esmat e por indicação por ofício, de acordo com os itens 2.3;

Públicos-Alvo: Magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense e membros e servidores dos órgãos parceiros descritos no item 2.1.

Carga horária: 360 horas

Modalidade: Presencial

Local: Palmas

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos instrutores.

2. VAGAS

2.1 Serão destinadas 55 vagas para magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, para membros e servidores dos seguintes órgãos parceiros, conforme discriminado abaixo:

Magistrados	10
Servidores Poder Judiciário	9
Ministério Público Federal	3
Ministério Público Estadual	10
Procuradoria Geral do Município	3
Polícia Rodoviária Federal	2
Defensoria Pública	3
Polícia Civil	3
Polícia Federal	3
Tribunal de Contas do Estado	3
Controladoria Geral da União – regional do Tocantins	3

Tribunal Regional Eleitoral	3
TOTAL	55

2.2 O preenchimento das vagas para magistrados e servidores dar-se-á por ordem de inscrição no *site* www.tjto.jus.br/esmat;

2.3 As vagas para os órgãos parceiros discriminadas na tabela acima serão preenchidas por indicação dos respectivos órgãos, via ofício, destinado ao diretor geral da Esmat;

2.4 As vagas que não forem preenchidas pelo público-alvo, poderão ser distribuídas para outras instituições integrantes do sistema de justiça, de acordo com as solicitações encaminhadas à coordenação do curso pelo e-mail nufam@tjto.jus.br.

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Ser magistrado do Poder Judiciário Tocantinense;

3.2 Ser servidor do Poder Judiciário Tocantinense;

3.3 Ser membro ou servidor do Ministério Público Federal, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.4 Ser membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Tocantins, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.5 Ser membro Procuradoria Geral do Município, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.6 Ser da Polícia Rodoviária Federal, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.7 Ser membro ou servidor da Defensoria Pública, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.8 Ser da Polícia Civil do Estado do Tocantins, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.9 Ser da Polícia Federal, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.10 Ser do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.11 Se servidor da Controladoria Geral da União – regional do Tocantins, devidamente indicado conforme item 2.3;

3.12 Ser do Tribunal Regional Eleitoral, devidamente indicado conforme item 2.3;

4. DA INSCRIÇÃO E REQUISITOS PARA A ADMISSÃO

Da Inscrição

- 4.1 As inscrições serão realizadas no período de 11 a 24 de setembro de 2018;
- 4.2 Somente serão aceitas inscrições de magistrados e servidores feitas pelo *site* www.tjto.jus.br/esmat e validadas presencialmente na Secretaria Acadêmica da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT);
- 4.3 Concluído o preenchimento do formulário, a confirmação da inscrição poderá ser impressa logo após sua conclusão com sucesso, sendo que sua validação está condicionada à entrega da documentação, conforme itens 5.3 e 5.4;
- 4.4 As demais vagas constantes no item 2.1 deverão ser preenchidas por indicação, conforme descrito nos itens 2.3;
- 4.5 A confirmação das inscrições para as vagas constantes nos itens 2.3 também estão condicionadas à entrega da documentação, conforme itens 5.3 e 5.4;
- 4.6 O candidato que não entregar a documentação para validação da inscrição do processo seletivo, nos termos e prazos assinalados nos itens 5.1.2.1 e 5.1.2.2 será considerado como não inscrito no presente certame;
- 4.7 A inscrição é gratuita;
- 4.8 Será limitado o número de inscrição em até 3 vezes o quantitativo de vagas ofertadas para magistrados e servidores, para formação de cadastro de reserva;
- 4.9 No caso de desistência de algum inscrito, conforme previsto nos itens 10.2 e 10.3, deste edital, os candidatos do cadastro de reserva serão convocados por e-mail, até o primeiro dia de aula do curso;
- 4.10 A desistência após o início do curso, ou a reprovação por falta, implicará penalidades previstas no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 311, de 2012, publicada no DJ nº 2.879, de 23 de maio de 2012.

Dos Requisitos para Admissão

- 4.11 Ser magistrado do Poder Judiciário do Estado do Tocantins em efetivo exercício, com inscrição realizada pelo *site* da Esmat e entrega de documentos para validação;
- 4.12 Ser servidor do Poder Judiciário Tocantinense, com inscrição realizada pelo *site* da Esmat e entrega de documentos para validação;
- 4.13 Ser servidor de órgão parceiro, devidamente indicado via ofício, conforme descrito nos itens 2.1 e 2.3 e entrega de documentos para validação;
- 4.14 Assinar Termo de Compromisso de permanecer em atividade funcional no Poder Judiciário Tocantinense, para magistrados e servidores, após a conclusão do curso, por período correspondente ao da sua qualificação, sob pena de devolução dos valores desembolsados pelo Poder Público (TERMO DE COMPROMISSO – RQ 12.2);
- 4.15 Assinar Termo de Compromisso com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) de, sempre que demandado por ela, prestar serviços de ensino na área temática do curso (docência, palestra, consultoria etc.), (conforme Anexo I);
- 4.16 Lecionar preferencialmente na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), após a conclusão do presente curso;

4.17 Declarar que disponibilizará o trabalho de conclusão do curso, permitindo a publicação, sem ônus para o Tribunal de Justiça ou para a Esmat, na Revista ESMAT, bem como a inserção do respectivo texto no *site* da Escola e arquivamento na Biblioteca para consulta pelo público (anexo V);

4.18 Declarar estar ciente do inteiro teor da Portaria nº 311, de 18 de maio de 2012, em conjunto com as regras estabelecidas neste Edital, no que se refere à norma sobre frequência, aproveitamento e desistência, no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, **uma vez que está sujeito à obrigação de repor e indenizar ao erário**, em caso de desistência ou abandono, além de cumprir com as demais disposições previstas na aludida Portaria (anexo IV);

4.19 Os servidores deverão apresentar anuência do magistrado, perante o qual atua, para frequentar o curso de Pós-Graduação, devendo o magistrado responsável declarar estar ciente de que o servidor ausentar-se-á do serviço para frequentar o curso (conforme anexo I).

5. DO PROCESSO E SUAS ETAPAS

5. O processo de inscrição será assim constituído de:

5.1.1 Inscrições no *site* para magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense;

5.1.2 Validação da inscrição (entrega de documentação em envelope fechado de todos os inscritos, até mesmo por indicação);

5.1.2.1 A documentação, indicada nos itens 5.4 e Anexos deste Edital, deverá ser entregue em envelope fechado, identificado com nome, na Secretaria Acadêmica da Esmat, situada na Avenida Theotônio Segurado, Plano-Diretor Norte, AANE 40, QI-01, Lote 03 - CEP: 77006-332 - Palmas-TO, até as 18h do dia 24 de setembro de 2018;

5.1.2.2 A entrega da documentação poderá ser feita por terceiros, no prazo previsto, sendo a entrega e o conteúdo do referido envelope de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato;

5.2 A relação dos inscritos será publicada no Diário da Justiça Eletrônico: www.tjto.jus.br;

5.3 Os documentos a serem entregues na Esmat deverão constar em envelope fechado identificado com:

a) nome completo;

5.4 Deverão ser entregues em envelope os seguintes documentos:

a) Comprovante da inscrição no *site* da Esmat www.tjto.jus.br/esmat, gerado em PDF no ato da inscrição, quando magistrado e servidor do Poder Judiciário Tocantinense;

b) Cópia do ofício de indicação para os demais públicos-alvo;

c) Cópia do diploma de graduação em Direito (ou certidão de conclusão de curso superior emitida em período não superior a 6 meses);

d) Cópia do histórico escolar de graduação em Direito;

- e) Cópia da carteira de identidade ou documento equivalente com foto;
- f) Cópia do título de eleitor acompanhado de comprovante da última votação ou de certidão de quitação com a justiça eleitoral;
- g) Cópia do currículo atualizado da plataforma *lattes*;
- h) 1 fotografia atualizada 3 x 4 colorida;
- i) Cópia do documento militar, se do sexo masculino;

5.5 As cópias dos documentos constantes no item 5.4 devem ser autenticadas em cartório ou o candidato deverá apresentar o original para conferência pela Secretaria Acadêmica da Esmat;

5.6 Os eventuais recursos deverão ser endereçados ao diretor geral da Esmat, que os resolverá ou designará ao setor competente, e **entregues na Secretaria Acadêmica da Esmat, mediante recibo, até às 18h do dia 24 de setembro de 2018;**

5.7 O resultado final será homologado pelo diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense e divulgado no Diário da Justiça Eletrônico.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 Os candidatos às vagas de magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense serão classificados de acordo com a ordem de inscrição no *site* da Esmat, após validação dos documentos constantes no item 5.4;

6.2 Os candidatos às demais vagas constante no item 2.1 serão classificados de acordo com a indicação, conforme descrito no item 2.3 e com a validação dos documentos constantes no item 5.4.

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulos	Estrutura	
MÓDULO I	Tema	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FENÔMENO DA CORRUPÇÃO
	Professor	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	17 e 18 de Outubro de 2018

	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Causas do fenômeno da corrupção; • Sociedade e corrupção; • A corrupção nas instituições públicas; • Origens históricas da corrupção brasileira; • A infiltração da corrupção ante os agentes públicos; • Mecanismos de combate à corrupção; • Práticas mais comuns de corrupção; • O custo da corrupção para a economia brasileira; • Corrupção e instituições políticas; • A corrupção e o crime organizado; • A corrupção no plano internacional; • A educação como forma de prevenção da corrupção.
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO II		
	Tema	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO I
	Professora	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	18 e 19 de Outubro de 2018
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos principais das organizações criminosas; • Estrutura das organizações criminosas; • Divisão de tarefas; • Membros das organizações criminosas; • Participação de agentes públicos nas organizações criminosas; • Extensão e domínio das organizações criminosas;

		<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação das atividades das organizações criminosas; • Organizações criminosas nacionais e transnacionais; • Principais atividades das organizações criminosas; • O combate às organizações criminosas no Direito Comparado.
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO III		
	Tema	ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO E NA VIDA PÚBLICA
	Professor	Alexandre Sérgio da Rocha
	Dias	28 e 29 de novembro de 2018
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios primordiais da Filosofia Ocidental; • A soberania Constitucional; • Princípios e Poderes da Administração Pública; • Princípios Éticos; • A Dialética da Verdade: síntese da filosofia ocidental; • Ordem Natural da Verdade e Corrupção; • Avaliação do Módulo.
	Carga Horária	15 horas-aula

MÓDULO IV	Tema	INVESTIGAÇÃO POLICIAL EM CASOS DE CORRUPÇÃO
	Professor	Márcio Adriano Anselmo
	Dia	29 e 30 de novembro de 2018
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Ação controlada. • Transposição de fronteiras. • Ação controlada e entrega vigiada. • Infiltração de agentes. • Agente infiltrado e agente provocador. • Requisitos para a infiltração. • Fases da infiltração policial. • Limites à atuação do agente infiltrado. • Direitos do agente infiltrado. • Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos. • Interceptação telefônica e telemática; <p>Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.</p>
Carga Horária	15 horas-aula	
MÓDULO V	Tema	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO II
	Professor	Alexander Araújo de Souza

	Dia	12 e 13 de dezembro de 2018
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • “Força-tarefa” para o combate às organizações criminosas; • Estrutura estatal para o combate às organizações criminosas; • As organizações criminosas e o tratamento conferido pela legislação brasileira; • A corrupção e suas relações com as organizações criminosas; • Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional; • Formas legais de combate às organizações criminosas; • Organizações criminosas econômicas; <p>A lei de proteção a vítimas e testemunhas.</p>
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO VI	Tema	PREVENÇÃO NO ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO E À CORRUPÇÃO
	Professor	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	13 e 14 de dezembro de 2018
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • A corrupção no Brasil; • Políticas de prevenção à corrupção; • A educação como forma de prevenção à corrupção;

		Medidas de prevenção à corrupção no Direito Comparado.
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO VII	Tema	COLABORAÇÃO PREMIADA I
	Professor	Américo Bedê Freire Júnior
	Dias	20 e 21 de fevereiro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Tribunal do Júri e colaboração premiada; • Colaboração premiada e princípios constitucionais penais Lei nº 12.850, de 2013; • Sigilo do acordo de colaboração premiada; • Direitos do Colaborador; • Colaboração premiada e acordo de Leniência (Lei nº 12.529, de 2011); <p>Acordo de Leniência e Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).</p>
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO VIII	Tema	COLABORAÇÃO PREMIADA II
	Professor	Roberson Pozzobon

	Dias	21 e 22 de fevereiro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Tribunal do Júri e colaboração premiada; • Colaboração premiada e princípios constitucionais penais Lei nº 12.850, de 2013; • Sigilo do acordo de colaboração premiada; • Direitos do Colaborador; • Colaboração premiada e acordo de Leniência (Lei nº 12.529, de 2011); • Acordo de Leniência e Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO IX		
	Tema	ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DA CORRUPÇÃO
	Professor	Riccardo Cappi
	Dias	20 e 21 de março de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Criminologia: conceito, objeto e funções; • Correntes criminológicas; • As Escolas Penais: Escola Clássica, Escola Antropológica e Escola Crítica; • A responsabilidade penal do criminoso; • Conceito de crime e criminoso; • Correntes Sociológicas do Direito Penal; • Política criminal e criminologia;

		<ul style="list-style-type: none"> • Garantismo penal; • Minimalismo; • Abolicionismo; • Direito penal do inimigo; • Criminologia e corrupção; • Aspectos criminológicos da corrupção.
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO X		
	Tema	O MINISTÉRIO PÚBLICO E SEU PAPEL NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO
	Professor	Douglas Fischer
	Dias	21 e 22 de março de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • O Ministério Público; • Disciplina Constitucional; • Papéis e atribuições do Ministério Público; • O Ministério Público e o seu Papel Institucional; • Ação Penal; • A tutela de interesses difusos e coletivos; • A atuação do Ministério Público na esfera penal; • O papel do Ministério na investigação; • A atuação do Ministério Público no Combate à Corrupção e à improbidade administrativa; • Casos emblemáticos; • O enfrentamento da corrupção pelo Ministério Público no Brasil: avanços e perspectivas.
	Carga Horária	15 horas-aula

MÓDULO XI	Tema	INVESTIGAÇÕES COMPLEXAS NOS CASOS DE CORRUPÇÃO
	Professor	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	10 e 11 de abril de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Ação controlada; • Transposição de fronteiras; • Ação controlada e entrega vigiada; • Infiltração de agentes; • Agente infiltrado e agente provocador; • Requisitos para a infiltração; • Fases da infiltração policial; • Limites à atuação do agente infiltrado; • Direitos do agente infiltrado; • Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; • Interceptação telefônica e telemática; <p>Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.</p>
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XII	Tema	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO – PARTE I

	Professor	Patrícia Medina
	Dias	11 e 12 de abril de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência, revoluções científicas e crise da razão no século XX; • Interdisciplinaridade como reação à concepção cartesiana de ciência; • Produção do conhecimento em direito; • Pesquisa, ação e compreensão; • Os vários métodos de pesquisa; • A pesquisa: conceito, classificação, métodos; • As etapas da pesquisa: levantamentos de dados, registro de dados, registro de informações e redação do relatório; • A elaboração de um projeto de pesquisa em estrutura e conteúdo; • A produção de artigos científicos e critérios para apresentação do trabalho científico.
	Carga Horária	15 horas-aula
CONTINUAÇÃO DO MÓDULO XII		
	Tema	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO – PARTE II
	Professor	Patrícia Medina
	Dias	15 e 16 de maio de 2019
	Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e suas

	Programático	<p>especificidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A escolha do referencial teórico; • As normas da ABNT aplicadas à pesquisa; • Metodologia da pesquisa; • A busca do método científico; • Elaboração de um trabalho acadêmico; • Etapas de elaboração do trabalho; • Etapas: definição do tema, sumário, objetivo geral, objetivos específicos, hipótese, problema, justificativa, revisão de literatura, referências e cronograma.
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XIII		
	Tema	CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO
	Professor	Marcelo Batlouni Mendroni
	Dias	16 e 17 de maio de 2019
	Conteúdo programático	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de Direito Penal Econômico; • Lavagem e dinheiro; • Corrupção e lavagem de dinheiro; • Efeitos da delinquência econômica; • Criminalidade econômica e crime organizado; • Os crimes de colarinho branco; • O crime de lavagem de dinheiro; • Características do crime de lavagem; • Técnicas do crime de lavagem de dinheiro; • Bem jurídico-penal protegido; • A punição do crime de lavagem de dinheiro; • A Lei nº 9.613, de 1998;

		<ul style="list-style-type: none"> • Disposições processuais da lei; • Efeitos da condenação; • Destinação dos bens oriundos do crime; • As pessoas jurídicas sujeitas à lei; • Obrigação de identificação dos clientes e manutenção dos registros; • Comunicação das operações financeiras; • O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF); • A responsabilidade administrativa das pessoas jurídicas; • Lavagem de dinheiro e a criminalidade internacional; • Esquemas internacionais de corrupção e lavagem de dinheiro.
	Carga-horária	15 horas-aula

MÓDULO XIV	Tema	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I
	Professor	Marcia Nool Barbosa
	Dias	12 a 13 de junho de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Ação controlada; • Transposição de fronteiras; • Ação controlada e entrega vigiada; • Infiltração de agentes; • Agente infiltrado e agente provocador; • Requisitos para a infiltração; • Fases da infiltração policial; • Limites à atuação do agente infiltrado;

		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos do agente infiltrado; • Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; • Interceptação telefônica e telemática; • Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.
	Carga Horária	30 horas-aula
MÓDULO XV		
	Tema	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II
	Professor	Gustavo Senna Miranda
	Dias	13 e 14 de junho de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Ação controlada; • Transposição de fronteiras; • Ação controlada e entrega vigiada; • Infiltração de agentes; • Agente infiltrado e agente provocador; • Requisitos para a infiltração; • Fases da infiltração policial; • Limites à atuação do agente infiltrado; • Direitos do agente infiltrado; • Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; • Interceptação telefônica e telemática; • Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.
	Carga Horária	30 horas-aula

MÓDULO XVI	Tema	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO COMPLIANCE
	Professor	Carla de Carli
	Dias	21 e 22 de agosto de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none">• Compliance;• Conceito;• Compliance e medidas de combate à corrupção;• Portais anticorrupção;• Participação cidadã.
	Objetivo Específico do Módulo	<ul style="list-style-type: none">• Proporcionar aos discentes instrumentos para a efetiva compreensão e aprendizagem do fenômeno da corrupção.• Familiarizar os alunos com os termos e conceitos próprios à matéria, aplicando-os nas construções teóricas e práticas em sala de aula.• Confrontar os dispositivos normativos em estudo com a realidade social, política e econômica brasileira, possibilitando aos alunos uma análise crítica sobre o sistema.• Estimular a argumentação e o raciocínio jurídico em sala de aula, através da aplicação de técnicas de ensino-aprendizagem e do incentivo à participação efetiva dos alunos.• Buscar a interpretação dos dispositivos legais estudados à luz da Constituição Federal, analisando, ainda, as relações intrínsecas com as outras disciplinas do Direito;• Engendrar discussões e debates em sala de aula através da proposição de problemas e estudo de

		casos.
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XVII	Tema	CRIMINAL COMPLIANCE
	Professor	Carla de Carli
	Dias	22 e 23 de agosto de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Criminal <i>compliance</i>; • Profissionalização dos servidores públicos e inovações tecnológicas; • A função dos programas de <i>compliance</i> no processo de prevenção da corrupção; • A prevenção da corrupção no ambiente empresarial.
	15 horas-aula	15 horas-aula
MÓDULO XVIII	Tema	CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL
	Professor	Elida Graziani
	Dias	18 e 19 de setembro de 2019

	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • A contratação pública no Brasil; • Lei nº 8.666, de 1993; • Licitações e contratos da Administração Pública; • Princípios da Administração Pública; • Das obras e serviços; • Dos serviços técnicos profissionais especializados; • Das compras; • Das alienações; • Das modalidades, limites e dispensas; • Da habilitação; • Dos registros cadastrais; • Do procedimento e julgamento; • Dos contratos; • Formalização, Alteração e Execução dos Contratos; • Inexecução e Rescisão dos contratos; • Sanções administrativas e tutela judicial; • Crimes e Penas; • Processo e Procedimento Judicial; <p>Recursos Administrativos.</p>
	Metodologia	Aula expositiva-dialogada
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XIX	Tema	CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DOS

		TRIBUNAIS DE CONTAS NA EUROPA
	Professor	José Mouraz Filho
	Dias	19 e 20 de setembro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • A contratação pública na Europa; • Licitações e contratos da Administração Pública: experiência portuguesa; • Princípios da Administração Pública na Europa; • Das obras e serviços; • Dos serviços técnicos profissionais especializados; • Compras, Alienações, modalidades, limites e dispensas; • Contratação pública: habilitação e registros cadastrais; • Contratos Públicos: Alteração e Execução dos Contratos; <p>O combate à corrupção nas obras públicas: exemplo europeu.</p>
	Carga Horária	15 horas-aula
	Tema	O COMBATE À CORRUPÇÃO NOS CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS E VEREADORES
	Professor	Marcelo André de Azevedo

MÓDULO XX	Dias	23 e 24 de outubro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Crimes praticados por prefeitos e vereadores. • Decreto Nº 201/67. • Deixar de ordenar, no prazo, redução do montante da dívida consolidada. • Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites. • Não anular os efeitos de operação de crédito irregular. • Não liquidação de operação de crédito por antecipação. • Refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. • Captar recursos antecipando receita tributária por fato gerador futuro. • Destinação de recursos provenientes da emissão de título para finalidade diversa da prevista em lei. <p>Transferência voluntária em desacordo com a lei.</p>
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XXI	Tema	A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO
	Professor	José Laurindo de Souza Neto
	Dias	24 e 25 de outubro de 2019

	Conteúdo Programático	<ol style="list-style-type: none"> 1. A estrutura do Poder Judiciário no Brasil. 2. Justiça Estadual e Federal. 3. Garantias constitucionais asseguradas ao Judiciário. 4. A definição de competências e atribuições ao Poder Judiciário. 5. Ativismo Judicial. 6. O papel do Judiciário nos crimes de corrupção.
	Carga Horária	15 horas-aula

--	--	--

MÓDULO XXII	Tema	RESPONSABILIDADE PENAL NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: AUTORIA, DOMÍNIO DO FATO E CEGUEIRA DELIBERADA.
	Professor	Carlos Eduardo Adriano Japiassú
	Dias	06 e 07 de novembro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações criminosas; • Teoria do Crime; • Concurso de Pessoas; • Conceito de organização criminosa; • Responsabilidade penal nas organizações criminosas; • Autoria; • Domínio do fato; <p>Cegueira deliberada.</p>

	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XXIII	Tema	CORRUPÇÃO E SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL
	Professor	Ana Cláudia Santano
	Dias	07 e 08 de novembro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Penal Eleitoral; • Direito Penal Eleitoral; • Crimes Eleitorais; • Corrupção e sistema político-eleitoral; • Breves introduções sobre corrupção eleitoral; • Financiamento de campanhas: limites de doações; limites de gastos; captação ilícita de recursos; • Aspectos gerais da captação ilícita de sufrágio (compra de votos); • Condutas vedadas a agentes públicos; • Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais (art. 30-A, Lei 9.504/97); • Ação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A, Lei 9.504/97); <p>Ação por conduta vedada a agentes públicos (art. 73 a 78, Lei 9.504/97).</p>
	Carga Horária	15 horas-aula

MÓDULO XXIV INTERDISCIPLINAR	Tema	DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO I
	Professor	Alexandre Fragoso
	Dias	20 e 21 de novembro 2019
	Conteúdo Programático	<p>EXPANSÃO DO DIREITO PENAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sociedade do risco e sua influência no Direito Penal • Particularidades do Direito Penal Moderno • Conceito de Direito Penal Econômico • Estudo de casos <p>TUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crimes contra a administração pública: linhas gerais • Tipos penais referentes à corrupção • Crimes de responsabilidade praticados por prefeitos • Panorama sobre o chamado dever de informação • Estudo de casos <p>TUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imputação objetiva • Aplicação da teoria do domínio do fato aos crimes funcionais: crítica à jurisprudência • Reflexões sobre a pena: cominação e dosimetria <p>Estudo de casos</p>
	Carga Horária	15 horas-aula

MÓDULO XXV INTERDISCIPLINAR	Tema	DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO II
	Professor	André Peixoto de Souza
	Dias	21 e 22 de novembro de 2019
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos interdisciplinares relacionados à corrupção; • Estudos de casos; Aspectos teórico-práticos relacionados à corrupção.
	Carga-horária	15 horas-aula
Defesa de artigo científico		
TCC	Dias	04, 05 e 06 Dezembro de 2019
	Carga Horária Total	360
7.1 PROFESSORES		
Nome	FLÁVIO CARDOSO PEREIRA	
Titulação	Pós-Doutor	

Síntese do Currículo	<p>Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (1992). Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra-Portugal (2014). Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca/Espanha (2012). Promotor de Justiça no Estado de Goiás desde 1994. Nos últimos anos trabalha principalmente com os seguintes temas: Combate à Corrupção; Investigação Criminal; Criminalidade Organizada; Infiltrações Policiais e Entregas Controladas; Equipes Conjuntas de Investigação Criminal; Lavagem de Capitais; Terrorismo; Cooperação Jurídica Internacional no Âmbito Penal; e Teoria Geral da Prova Penal.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4432827Z6</p>
Nome	ALEXANDRE SÉRGIO DA ROCHA
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Possui graduação em Física (bacharelado) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1964) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Aposentado da UFRJ, etualmente é professor da Faculdade Ruy Barbosa - DeVry Brasil, em Salvador, Bahia. Foi representante do Brasil e, posteriormente, por mais de 10 anos, professor visitante do Inter-American Defense College, em Washington, DC. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estratégia, atuando principalmente nos seguintes temas: estratégia, operações militares, poder aerospacial, organização das forças armadas e cultura institucional. No ensino, tem-se dedicado às disciplinas de Metodologia da Pesquisa e de Filosofia, Hemenêutica e Ética.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706994T6</p>

Nome	AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1997), mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais - Faculdades de Vitória (2004) e doutorado em Direitos Fundamentais - Faculdades de Direito de Vitória (2014). Atualmente é Professor titular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da - Faculdades de Vitória e Professor da graduação da FDV/ES. Atuando principalmente nos seguintes temas: processo penal, direito constitucional, direito penal, princípios constitucionais processo penal . Ex-Promotor de Justiça/ MA aprovado em 1 lugar, ex-Procurador da Fazenda Nacional. Juiz Federal Titular em Vitoria /ES aprovado em 1 lugar no 8 concurso do TRF da 2 região.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4281687T6</p>
Nome	ALEXANDER ARAÚJO DE SOUZA
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Promotor de Justiça no Rio de Janeiro (membro do GAECO). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998), Mestre em direito processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Doutor em direito penal e filosofia do direito pela Università degli studi Roma Ter.</p>

	Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4361462Y4
Nome	ROBERSON POZZOBON
Titulação	Mestre
Síntese do Currículo	<p>Procurador da República em Curitiba/PR (Ministério Público Federal). Integrante da Força-Tarefa Lava Jato desde 2014. Professor de Direito Penal e Processual Penal na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2010). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2007). Foi Delegado de Polícia no Paraná (2008-2011). Por sua atuação na Operação Lava Jato recebeu o Prêmio "Prosecutor of the year", da Global Investigations Review - GIR (2015); o Prêmio Anticorrupção, da Transparência Internacional (2016); o Prêmio Innovare, na categoria "Ministério Público" (2016); o Prêmio CNMP, na categoria "Redução da Corrupção" (2016); o Prêmio AJUFE "Boas Práticas de Gestão para a Eficiência da Justiça Federal" (2016); e o IV Prêmio da República, "Hors Concours", da Associação Nacional de Procuradores da República (2016).</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4230235H8</p>
Nome	MÁRCIA NOLL BARBOZA
Titulação	Doutora

Síntese do Currículo	<p>Procuradora Regional da República (PRR – 3ª Região). Investigadora certificada pela Association of Certified Fraud Examiners (2015). Mestre e Doutora em Direito, com pesquisa pós-doutoral na Universidade Panthéon-Sorbonne, Paris (2010-2013). Diversos estudos e publicações na área de ética pública e combate à corrupção. Colaboradora na ONU e na Unesco (2010-2015) nas áreas de modernização da administração pública, regime dos funcionários internacionais e investigação de fraudes e outros desvios funcionais.</p> <p>Fonte: Evento nº 1290669 – autos SEI nº 17.0.000000126-0</p>
Nome	PATRÍCIA MEDINA
Titulação	Doutora
Síntese do Currículo	<p>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás na linha de cultura e processos educacionais. Mestre em Educação, área de concentração Administração de Sistemas Educacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Direito pela Fundação Universidade Federal do Tocantins e Pedagogia com habilitação em supervisão escolar e docência das disciplinas pedagógicas do magistério pela Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências Humanas e Letras. Docente no ensino superior, desde 1988. Professora da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), desde maio de 2003, vinculada à área de Planejamento e Gestão. Pesquisadora da linha Gestão, Cidades e Sustentabilidade do curso de Administração da UFT e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fenomenologia (NEPEFE), da UFG; coordenadora do Programa Educação Não Escolar: sujeitos, contextos, caminhos; docente de disciplinas de didática do ensino superior em programas de Pós-Graduação da UFT e do Mestrado Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos UFT-ESMAT. E, desde 2010, docente do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).</p>

	Fonte: Lattes: http://lattes.cnpq.br/2860664409387797
Nome	CARLA VERÍSSIMO DE CARLI
Síntese do Currículo	<p>Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1988). Advogou de 1989 até março de 1994. Em abril de 1994 assumiu o cargo de Procuradora da República, no Ministério Público Federal. Atualmente é Procuradora Regional da República na 4ª Região, lotada em Porto Alegre/RS. É mestre em Ciências Criminais pela PUCRS (2006) , Especialista em Crime Organizado, Corrupção e Terrorismo pela Universidade de Salamanca (2013). Doutora em Direito pela UFRGS (2016) e doutora do Programa de Doctorado Estado de Derecho y Gobernanza Global da Universidade de Salamanca (2016)</p> <p>Fopnte. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4753781Y2</p>
Nome	RICCARDO CAPPI
Síntese do Currículo	<p>Doutor em Criminologia - Université Catholique de Louvain (2011), mestrado em Ciências Econômicas - Université Catholique de Louvain (1988), graduação em Licenciatura para Habilitação para Ensino pela Universidade Católica de Louvain (1992), graduação em Criminologia - Université Catholique de Louvain (1992), . Atualmente é professor titular da Universidade do Estado da Bahia, professor colaborador da Universidade Federal da Bahia, professor colaborador da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Criminologia, atuando principalmente nos seguintes temas:</p>

	<p>criminologia, direitos humanos, delinquência juvenil, racionalidade penal moderna e educação.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4123441E8</p>
Nome	MARCELO BATLOUNI MENDRONI
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Possui doutorado em Direito - Universidad Complutense de Madrid (2000). Pós -doutorado na Università di Bologna (2006-2007). Atualmente é 59ª promotor de justiça criminal da capital do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Penal e Direito Penal. Especializado no trabalho contra Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro e crimes econômicos.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763304D4</p>
Nome	JOSÉ ANTÔNIO MOURAZ FILHO
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Licenciado em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Pós-Graduado em Direito Penal Económico e Europeu (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Mestre em Ciências Jurídico-Criminais (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).</p>

	<p>Doutor em Direito, Justiça e Cidadania (Faculdade de Direito e Economia da Universidade de Coimbra). Juiz, desde 1987, tendo desempenhado funções nos Tribunais de Aveiro, Viseu, Vouzela, Oliveira do Bairro, Coimbra, Santa Maria da Feira, Anadia, Figueira da Foz, Tribunal de Execução de Penas de Coimbra, Tribunal da Relação de Coimbra, Tribunal da Relação do Porto e Tribunal de Contas, 2012. Docente da área Penal do Centro de Estudos Judiciários (2002-2004). Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária – Direcção Central do Combate à Corrupção e à Criminalidade Económica e Financeira (2004-2006).</p> <p>Fonte: Evento nº 15322539 – Autos SEI nº 17.0.000014869-5</p>
Nome	CARLOS EDUARDO ADRIANO JAPIASSÚ
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992). Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997). Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Fez estágio pós-doutoral na University of Warwick (2009). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade Estácio de Sá. Professor conferencista do curso de Master Droit de l'Exécution de Peines et Droit de l'Hommes, organizado pelas Universidades de Bordeaux IV, de Pau et des Pays de l'Adour e École Nationale de Administration Penitentiaire (ENAP), em Agen, na França. É secretário geral da Association Internationale de Droit Penal (AIDP). Presidente Honorário do Grupo Brasileiro da AIDP. Vice-Presidente do Comitê Internacional de Penalistas Francofônicos e membro do Conselho Diretor do Istituto Superiore Internazionale di Scienze Criminali (ISISC), em Siracusa/Itália. Membro da Comissão Especial de Estudos do Direito</p>

Penal da Seção do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi conselheiro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), vinculado ao Ministério da Justiça (2008-2012), foi professor convidado da Loyola University, de Nova Orleans, Estado Unidos e prestou consultoria técnica ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em matéria de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (2006).

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4774685Y8>

Nome

ANA CLÁUDIA SANTANO

Titulação

Doutora

Síntese do Currículo

Professora-Pesquisadora do Programa de Mestrado em Direito no Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil), 2016, atual. Pesquisadora em estágio pós-doutoral na Universidad Externado de Colombia, 2016. Pós-Doutora em Direito Público Econômico na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014; doutora pelo programa "Estado de Derecho y Buen Gobierno", 2009-2013; mestre pelo programa "Democracia y Buen Gobierno", 2007-2008, ambos pela Universidad de Salamanca, Espanha. Período de pesquisa na Università di Bologna, Itália. Especialista em Direito Constitucional na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), 2006-2007, em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná, 2005, Brasil e em Comunicação Política pelo Instituto de Iberoamérica, na Universidad de Salamanca, Espanha (2013). Membro da Asociación Iberoamericana de Derecho Electoral (AIDE), 2013. Pesquisadora do Observatório de Direito Eleitoral, com ênfase em estudos sobre a participação política das mulheres, da Universidade Federal do Paraná, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015, atual. Pesquisadora do Observatório de Financiamento Eleitoral, do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), 2016, atual. Pesquisadora do PATRIAS – Estado

e concretização dos direitos, do Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil), 2017. Autora de diversos livros, dentre eles: " O Financiamento da Política – Teoria Geral e Experiências no Direito Comparado" –, pela editora Íthala, com segunda edição de 2016 e " La Financiación de los Partidos Políticos en España", pela editora do Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2016. Membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE), 2013. Membro do Conselho Editorial da editora Ithala (2013). Membro da Comissão de Responsabilidade Social e Política da Ordem dos Advogados do Brasil, Paraná, 2013. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral (ABRADEP) e do Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDPub), 2014. Professora de diversos cursos de Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Parlamentar no Brasil e exterior. Tradutora de trabalhos científicos Português-Español (diploma DELE do Instituto Cervantes).

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4264619E7>

Nome

MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO

Titulação

Mestre

Síntese do Currículo

Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, assessor jurídico/PGJ e Coordenador da Procuradoria de Justiça Especializada na Promoção de Ação Penal contra Prefeitos; professor de Direito Penal da Escola Superior da Magistratura de Goiás, Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, Instituto-IOB, Curso Juris e na pós graduação do curso LFG. Autor de obras de Direito Penal pela Editora Juspodivm. Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC-GO. Pós-graduado em Direito Penal pela UFG. Pós-graduado em Ciências Criminais pela UNAMA. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (1996). Membro da Comissão de Reforma do Código Penal instalada pelo Senado/2011.

	Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4127097E7
Nome	ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Doutor em Direito pela UFPR (2010) e doutor em Educação pela Unicamp (2011). Mestre em Direito pela UFPR (2003); especialista em Direito Tributário pelo IBEJ (1999); bacharel em Direito pela UTP (1998) e licenciado e bacharel em História pela UFPR (1998).</p> <p>Atualmente é professor de Economia Política na Faculdade de Direito da UFPR, e de História e Filosofia do Direito na UTP, na Faculdade Estácio e na Escola da Magistratura do Paraná. Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Internacional (UNINTER) e vice-coordenador do curso de Direito da UFPR. Estuda e pesquisa os seguintes temas: Filosofia e História do Pensamento Jurídico, Político e Econômico; Direito, Estado e Poder; Política Judiciária e Crítica ao Poder Judiciário; Hermenêutica, Argumentação e Teorias da Justiça.</p> <p>Link do Curriculum lattes: http://lattes.cnpq.br/6730905740474677</p>
Nome	MÁRCIO ADRIANO ANSELMO
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Internacional Econômico

	<p>pela Universidade Católica de Brasília e especialista em Ciencia Policial e Investigação Criminal pela Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública - CAESP/ANP. Possui graduação em Direito e especialização em Direito do Estado com área de concentração em Direito Tributário pela Universidade Estadual de Londrina (2002). Atualmente é Delegado de Polícia Federal - Departamento de Polícia Federal, com atuação na Delegacia de Repressão ao Crime Organizado e líder do grupo de pesquisa O crime organizado e atividade financeira ilícita transnacional na Escola Superior de Polícia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Processo Penal e Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança internacional, cooperação jurídica internacional, lavagem de dinheiro e crimes financeiros.</p>
Nome	DOUGLAS FISCHER
Titulação	Mestre
Síntese do Currículo	<p>Mestre em Instituições de Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Membro do Ministério Público Federal desde 1996, exerceu as atribuições de Coordenador Criminal e de Procurador-Chefe da Procuradoria da República no RS nos anos de 2002 e 2003. Atualmente exerce suas funções como Procurador Regional da República na 4ª Região. A partir de 6.3.2017 até 16.8.2017, atuou designado, com prejuízo parcial de suas atribuições na PRR4, como Procurador-auxiliar na Secretaria de Cooperação Internacional - SCI da Procuradoria-Geral da República. De 18.09.2013 a 31.1.2017, esteve designado, com prejuízo parcial de suas atribuições perante a PRR4ª Região, como Procurador-Assessor no Gabinete do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Coordenador Jurídico do Grupo de Trabalho Lavajato junto ao Gabinete do PGR até 20.1.2017. Foi integrante da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (designação do CSMPF em 4.5.2010) até 4.5.2012. Coordenador de Ensino do MPF na</p>

	<p>Escola Superior do Ministério Público da União de julho de 2010 até janeiro de 2014. Atuou como subprocurador-Geral da República convocado no período de 12.03.2007 a 09.04.2007, oficiando perante a 5ª e 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Coordenador por cinco edições do Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos Procuradores da República. Professor da Escola Superior do Ministério Público da União. Professor da pós-graduação da Escola Superior da Magistratura Federal no RS. Professor da Pós-Graduação da Fundação Escola Superior do Ministério Público no Rio Grande do Sul. Em 14 de agosto de 2012, foi designado para auxiliar o então Senador Pedro Taques, Relator do Projeto de Lei nº 236/2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro. Integrante da Banca dos 28º e 29º Concurso de Procurador da República (processo penal).</p>
Nome	GUSTAVO SENNA MIRANDA
Titulação	Mestre
Síntese do Currículo	<p>Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo(1992), especialização em Direito Público pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida(1996), especialização em Direito Processual Civil pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida(1994), especialização em Direito Penal e Processo Penal pela Consultime Instituto de Ensino(1997) e mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória(2005). Atualmente é professor titular da Escola de Estudos Superiores do Ministério Público, professor titular da Faculdade de Direito de Vitória, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, professor titular do Centro de Evolução Profissional, Membro de corpo editorial da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e Membro de corpo editorial da Editora Nuria Fabris.</p>

Nome	ELIDA GRAZIANI
Titulação	Pós-Doutora
Síntese do Currículo	Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo. - Desde 2014 é Professora de Cursos de Especialização na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP). - Desde 2003 é Professora Adjunta de Direito Administrativo do UNIFEMM. - Pós-doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - EBAPE/FGV (2010). - Doutora em Direito pela UFMG (2006). - Graduada em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (2001). - Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2001). - Foi servidora da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Estado de Minas Gerais (2002-2012). - Foi Professora de Direito Administrativo e Direito Financeiro da Faculdade de Direito da UFMG (como Professora Substituta no período de 2003 a 2005 e como Professora Adjunta no período de 2010 a 2012) - Foi Professora de Direito Administrativo e Direito Financeiro da Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC (como Professora Adjunta nos cursos de graduação e mestrado durante o período de 2006 a 2012).
Nome	JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETO
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1982), mestrado em Direito pela Universidade Federal do

Paraná (1998) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000). Em 2004 concluiu o estágio de pós doutorado, junto ao departamento de sociologia da Faculdade de Direito da Universidade Degli Studi di Roma "La Sapienza", em programa de vinculado ao Ministério da Educação - Capes. É professor, diretor geral e ex-supervisor pedagógico da Escola da Magistratura do Paraná sendo coordenador científico de cursos de formação inicial e continuado para Magistrados junto a Emap, Coordenador Regional da Escola Nacional da Magistratura (ENM). Pertence a Comissão Permanente de jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca, foi Presidente da 8a. Câmara Cível. Ex-membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e pertence ao Conselho editorial da revista do CNPCP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: jurisdição e processo constitucional, criminalidade, cidadania, juizados especiais e direito processual. Síntese: Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, presidente da 3ª Câmara Cível e membro de seu Órgão Especial. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná UFPR. Pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Degli Studi di Roma "La Sapienza". Com Estágio de Pós-doutorado em Portugal e Espanha. Professor de direito processual no curso de mestrado da Universidade Paranaense - UNIPAR. Diretor da Escola da Magistratura do Paraná e Professor de Cursos de formação inicial e continuado para Magistrados. Autor de livros e diversos artigos jurídicos publicados em revista nacionais e internacionais. Palestrante e conferencista no Brasil e no Exterior.

Nome

ALEXANDRE FRAGOSO

Titulação

Mestre

Síntese do Currículo

Advogado Criminalista; Sócio fundador do escritório F.FRAGOSO ADVOGADOS ASSOCIADOS; Diretor da BUREAU COMPLIANCE Consultoria; Membro da Comissão de *Compliance* e Anticorrupção da

	<p>OAB/BARRA-RJ; Membro da ABRACRIM-RJ; Doutorando em Ciências Jurídicas na Universidade Autónoma de Lisboa; Mestre em Direito; Pós Graduado em Direito Penal e Processual Penal; Pós Graduado em Direito Público e Tributário; Professor de Curso de Pós Graduação(Crimes financeiros, tributários e econômicos, Direito Constitucional); Professor do Curso de <i>Compliance</i> Avançado na Fundação Getúlio Vargas – Rj; Professor de Sistemas de Gestão de <i>Compliance/Antissuborno.</i>; Auditor especialista ABNT <i>Compliance/Antissuborno.</i> Auditor especialista INMETRO; Membro da Comissão “Governança das Organizações” ABNT/CEE-309; Membro da Comissão <i>Antissuborno</i> ABNT/CEE-278; Autor do livro: DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO: <i>Uma visão garantista da unicidade do injusto penal tributário, 2016.</i></p>
Nome	ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA
Titulação	Doutor
Síntese do Currículo	<p>Doutor em Direito pela UFPR (2010) e doutor em Educação pela Unicamp (2011). Mestre em Direito pela UFPR (2003); especialista em Direito Tributário pelo IBEJ (1999); bacharel em Direito pela UTP (1998) e licenciado e bacharel em História pela UFPR (1998). Atualmente é professor de Economia Política na Faculdade de Direito da UFPR, e de História e Filosofia do Direito na UTP, na Faculdade Estácio e na Escola da Magistratura do Paraná. Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Internacional (UNINTER) e vice-coordenador do curso de Direito da UFPR. Estuda e pesquisa os seguintes temas: Filosofia e História do Pensamento Jurídico, Político e Econômico; Direito, Estado e Poder; Política Judiciária e Crítica ao Poder Judiciário; Hermenêutica, Argumentação e Teorias da Justiça.</p> <p>Link do Curriculum lattes: http://lattes.cnpq.br/6730905740474677</p>

8. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- 8.1 Os(as) alunos(as) deverão participar das atividades programadas conforme descrição nos itens 5 e 6 deste Edital;
- 8.2 A aferição de nota e aproveitamento dos(as) alunos(as) dar-se-á mediante avaliação a ser proposta pelos(as) professores(as);
- 8.3 Ter frequência igual ou superior a 75% em todas as disciplinas, que serão registradas manualmente pelos(as) professores(as) em sala de aula;
- 8.4 As avaliações de cada módulo serão realizadas por meio de atividades disponibilizadas pelos professores, de acordo com a temática de cada disciplina.
- 8.5 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) alunos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- 8.6 Todos(as) os(as) alunos(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 311, de 2012, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

9. CRONOGRAMA

- 9.1 São disciplinas obrigatórias do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II –, e as aulas acontecerão nos dias previstos abaixo e nos seguintes horários: **quartas-feiras** – das 8h às 12h10 e das 14h às 18h10; **quintas-feiras** – das 8h às 12h10 e das 14h às 18h10, e **sextas-feiras** – das 8h às 12h10 e das 14h às 18h10, conforme quadro abaixo:

Módulos	Estrutura
---------	-----------

MÓDULO I	Tema	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FENÔMENO DA CORRUPÇÃO
	Professor	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	17 e 18 de outubro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO II	Tema	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO I
	Professora	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	18 e 19 de outubro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO III	Tema	ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO E NA VIDA PÚBLICA
	Professor	Alexandre Sérgio da Rocha

	Dias	28 e 29 de novembro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO IV	Tema	INVESTIGAÇÃO POLICIAL EM CASOS DE CORRUPÇÃO
	Professor	Márcio Adriano Anselmo
	Dias	29 e 30 de novembro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO V	Tema	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO II
	Professor	Alexander Araújo de Souza
	Dias	12 e 13 de dezembro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula

MÓDULO V	Tema	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO II
	Professor	Alexander Araújo de Souza
	Dias	12 e 13 de dezembro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO VI	Tema	PREVENÇÃO NO ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO E À CORRUPÇÃO
	Professor	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	13 e 14 de dezembro de 2018
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO VII	Tema	COLABORAÇÃO PREMIADA I
	Professor	Américo Bedê Freire Júnior
	Dias	20 e 21 de fevereiro de 2019

	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO VIII	Tema	COLABORAÇÃO PREMIADA II
	Professor	Roberson Pozzobon
	Dias	21 e 22 de fevereiro de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO IX	Tema	ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DA CORRUPÇÃO
	Professor	Riccardo Cappi
	Dias	20 e 21 de março de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO X	Tema	O MINISTÉRIO PÚBLICO E SEU PAPEL NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

	Professor	Douglas Fischer
	Dias	21 e 22 de março de 2019
	Carga horária	15 horas-aula
MÓDULO XI	Tema	INVESTIGAÇÕES COMPLEXAS NOS CASOS DE CORRUPÇÃO
	Professor	Flávio Cardoso Pereira
	Dias	10 e 11 de Abril de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XII	Tema	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO – PARTE I
	Professor	Patrícia Medina
	Dias	11 e 12 de abril de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula

	Tema	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO – PARTE II
	Professor	Patrícia Medina
	Dias	15 e 16 de maio de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XIII	Tema	CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO
	Professor	Marcelo Batlouni Mendroni
	Dias	16 e 17 de maio de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XIV	Tema	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I
	Professor	Marcia Nool Barbosa
	Dias	12 e 13 de junho de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula

MÓDULO XV	Tema	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II
	Professor	Gustavo Senna Miranda
	Dias	13 e 14 de junho de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XVI	Tema	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO COMPLIANCE
	Professor	Carla de Carli
	Dias	21 e 22 de agosto de 2019
	Carga-horária	15 horas-aula
MÓDULO XVII	Tema	CRIMINAL COMPLIANCE
	Professor	Carla de Carli

	Dias	22 e 23 de agosto de 2019
	Carga-horária	15 horas-aula
MÓDULO XVIII	Tema	CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL
	Professor	Elida Graziani
	Dias	18 e 19 de setembro de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XIX	Tema	CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA EUROPA
	Professor	José Mouraz Filho
	Dias	19 e 20 de setembro de 2019
	Carga horária	15 horas-aula

MÓDULO XX	Tema	COMBATE À CORRUPÇÃO NOS CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS E VEREADORES
	Professor	Marcelo André de Azevedo
	Dias	23 e 24 de outubro de 2019
	Carga horária	15 horas-aula
MÓDULO XXI	Tema	A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO
	Professor	José Laurindo de Souza Neto
	Dias	24 e 25 de outubro de 2019
	Carga horária	15 horas-aula
MÓDULO XXII	Tema	RESPONSABILIDADE PENAL NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: AUTORIA, DOMÍNIO DO FATO E CEGUEIRA DELIBERADA.
	Professor	Carlos Eduardo Adriano Japiassú

	Dias	06 e 07 de novembro de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XXIII	Tema	CORRUPÇÃO E SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL
	Professor	Ana Cláudia Santano
	Dias	07 e 08 de novembro de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XXIV INTERDISCIPLINAR	Tema	DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO I
	Professor	Alexandre Fragoso
	Dias	20 e 21 de novembro de 2019
	Carga Horária	15 horas-aula
MÓDULO XXV	Tema	DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO II

INTERDISCIPLINAR	Professor	André Peixoto de Souza
	Dias	21 e 22 de novembro de 2019
	Carga-horária	15 horas-aula
TCC	Defesa de artigo científico	
	Dias	04, 05 e 06 de dezembro de 2019
Carga Horária Total		390 horas-aula
Carga-horária de certificação		360 horas-aula
<p>9.2 Os alunos matriculados deverão participar das atividades da Pós-Graduação, no período fixado no calendário do curso;</p> <p>9.3 Só receberão certificado de conclusão os alunos que obtiverem média igual ou superior a 7,0, frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento e aprovação do TCC, o qual deverá ser apresentado em banca de avaliação;</p> <p>9.4 Para a obtenção do certificado de especialização em Estado de Direito e Combate à Corrupção, o aluno deverá integralizar as 360 horas;</p>		

9.5 Caso o aluno não alcance média para aprovação em uma das disciplinas do curso de Pós-Graduação, a ele será devido certificado de capacitação das disciplinas cursadas com êxito, ficando ciente de que não receberá certificado da Pós-Graduação;

9.6 O candidato deverá, ao final, apresentar defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que conterà, no mínimo, 20 laudas, e ser submetido à aprovação por banca examinadora presidida pelo professor-orientador e composta por pelo menos outros dois professores, sendo um deles de fora do quadro da Esmat e deste curso;

9.7 Não será registrado como carga horária do curso o período de produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme estabelecido na Resolução Esmat nº 152, de 2016, art. 14, § 2º;

9.8 Os alunos matriculados deverão obrigatoriamente entregar o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em até 90 dias, após a conclusão das disciplinas obrigatórias, conforme regras de produção do TCC estabelecidas pela Coordenação do Curso;

9.9 Somente os alunos sem registro de pendências nas disciplinas do curso poderão realizar a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e assim concluir a **Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II**;

9.10 Não haverá pagamento de diárias referente a nenhuma atividade do curso;

9.11 Todos os docentes confirmaram presença no curso. No entanto, esta relação poderá sofrer eventuais alterações por motivos excepcionais.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A inscrição do(a) candidato(a) implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 311, de 2012, publicada no Diário da Justiça nº 2.879, de 23 de maio de 2012;

10.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br;

10.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o(a) inscrito(a) à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

10.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 07/09/2018, às 00:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2185316** e o código CRC **A8E346DB**.